

EXPRESSÕES DE RACISMO E PRECONCEITO ENTRE PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jéssica Fernandes da Silva 

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP, Brasil
jessicafs.96@gmail.com

Juliana Prates Santana 

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA, Brasil
julianapsantana@gmail.com

André Vilela Komatsu 

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, Brasil
andevk@gmail.com

Alex Sandro Gomes Pessoa 

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP, Brasil
alexessoa2@gmail.com

No Brasil, as pessoas negras ainda sofrem com altos níveis de desigualdade racial, tornando-se o foco da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Portanto, entender os fenômenos sociais envolvidos na manifestação de crenças raciais por profissionais desta política é extremamente importante, afinal, tais expressões podem prejudicar a população negra. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a manifestação de preconceito racial e racismo em profissionais da PNAS e suas diferentes expressões. Foi realizado um estudo quantitativo com 175 profissionais, 153 (87,4%) mulheres e 22 (12,6%) homens, entre 23 e 65 anos. Os instrumentos Critério Brasil, Escala de Racismo Moderno e Escala de Preconceito Sutil e Flagrante foram utilizados. Os resultados evidenciaram uma consistência interna satisfatória apenas para a Escala de Racismo Moderno. Não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados para resultados das três escalas. Além disso, os instrumentos utilizados não foram capazes de identificar variações nas expressões de preconceito racial e racismo. Dado o reconhecimento sobre o impacto do racismo estrutural no país, os achados deste estudo indicam que instrumentos de autorrelato podem não ser apropriados para investigar este fenômeno. Assim, técnicas qualitativas podem revelar expressões de racismo que não foram detectadas no atual estudo.

Palavras-chave: PNAS; preconceito racial; discriminação racial; racismo moderno.

EXPRESIONES DE RACISMO Y PREJUICIO ENTRE LOS PROFESIONALES DE LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL

En Brasil, la población negra enfrenta altos niveles de desigualdad racial, por lo que se convierte en el foco de la Política Nacional de Asistencia Social (PNAS). Por tanto, entender los fenómenos sociales involucrados en la manifestación de creencias raciales por parte de profesionales de esta política es extremadamente importante, ya que tales expresiones pueden perjudicar a la población negra. El objetivo de esta investigación fue evaluar la manifestación de prejuicio racial y racismo en profesionales de la PNAS y sus diferentes expresiones. Se llevó a cabo un estudio cuantitativo con 175 profesionales, 153 (87,4%) mujeres y 22 (12,6%) hombres, entre 23 y 65 años. Se utilizaron los instrumentos Criterio Brasil, Escala de Racismo Moderno y Escala de Prejuicio Sutil y Flagrante. Los resultados mostraron una consistencia interna satisfactoria solo para la Escala de Racismo Moderno, sin diferencias estadísticamente significativas entre los grupos analizados. Además, los instrumentos utilizados no fueron capaces de identificar variaciones en las expresiones de prejuicio racial y racismo. Dado el reconocimiento del impacto del racismo estructural en Brasil, los hallazgos sugieren que los instrumentos de autorreporte pueden no ser apropiados para investigar este fenómeno. Así, las técnicas cualitativas pueden revelar expresiones de racismo que no fueron detectadas en este estudio.

Palabras clave: Política Nacional de Asistencia Social; prejuicio racial; discriminación racial; racismo moderno.

EXPRESSIONS OF RACISM AND PREJUDICE AMONG SOCIAL ASSISTANCE POLICY PROFESSIONALS

Brazilian black people suffer from high levels of racial inequality, making this population the focus of the Brazilian National Social Assistance Policy (PNAS). Therefore, understanding the social phenomena involving racial beliefs by professionals working within this policy is relevant, as these expressions can severely affect the black population. This research aimed to evaluate the manifestation of racial prejudice and racism and their different expressions in professionals. A quantitative study was conducted with 175 professionals based at the PNAS, 153 (87.4%) females and 22 (12.6%) males, aged 23-65 years old. The Brazil Criteria, Scale of Modern Racism and Scale of Subtle and Blatant Prejudice were employed. The findings showed a satisfactory internal consistency only for the Modern Racism Scale. There were no statistically significant differences among the analyzed groups based on the results of the three scales. Additionally, the instruments used could not identify variations in expressions of racial prejudice and racism. Given the recognition of the impact of structural racism in Brazil, the findings suggest that self-report approaches may not be appropriate to understand this phenomenon. Thus, qualitative techniques may reveal expressions of racism that were not possible to detect in this study.

Keywords: National Social Assistance Policy; racial prejudice; racial discrimination; modern racism.

1 INTRODUÇÃO

Há a necessidade de avançar para a consolidação de uma política de assistência social precursora no enfrentamento das desigualdades sociais brasileiras (Andrade; Pereira, 2019), incluindo o combate ao racismo. Porém, para que isso aconteça, um dos caminhos possíveis é entender como os profissionais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) atuam perante as populações vulneráveis, especificamente a população negra, para compreender como esses profissionais se engajam em práticas preconceituosas que podem refletir em sua prática profissional.

Na população brasileira, as pessoas negras sofrem com altos níveis de desigualdade racial, desequilíbrio de oportunidades sociais, educacionais, econômicas e políticas (Rosa, 2018), mesmo representando 56% da população (IBGE, 2023). O preconceito racial brasileiro pode ser explicado pela metáfora do “iceberg”, considerando que a parte visível do “iceberg” seria relativo às expressões de preconceito, como práticas discriminatórias observáveis por meio de comportamentos sociais e individuais relacionados à hierarquia social e desigualdades. Já a parte não visível é composta pela trama do racismo estrutural presente em todas as relações e componentes da sociedade (Almeida, 2019; Munanga, 2015).

Pode-se afirmar, dessa maneira, que o racismo estrutural ao mesmo tempo que se deriva da sociedade, estrutura-a, numa relação dialética, expressando-se em forma de desigualdade política, social ou econômica (Almeida, 2019). Um exemplo disso é o dado que mostra as situações de vulnerabilidade e risco social e individual recaindo, principalmente, sobre pessoas negras (MDS, 2018).

Dito isso, é fundamental que os profissionais da PNAS consigam compreender a relação entre raça e outras categorias, como gênero e classe. Dessa forma, compreender os fenômenos sociais envolvidos na manifestação de crenças raciais dos profissionais da PNAS é de extrema importância, visto que a expressão do preconceito racial neste contexto pode afetar negativamente a população negra, gerando revitimização de indivíduos que já vieram de um contexto de violência racial estrutural. Desse modo, estratégias para educar e evitar contextos de reprodução de violência racial no âmbito das políticas públicas parecem ser tardias e não sistemáticas, considerando que apenas em 2017 o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) lançou a campanha “SUAS sem racismo” (Moreira, 2019).

Nesta perspectiva, a pesquisa de Andrade e Pereira (2019) teve por objetivo compreender qual a visibilidade das dimensões de gênero e raça na PNAS a partir do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), baseando-se na percepção dos seus gestores locais, operadores e usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os principais resultados indicaram uma dificuldade por parte dos profissionais acerca do entendimento que o público predominante do PAIF é negro, gerando o ocultamento de processos de submissão ligados ao racismo, podendo causar uma neutralização e reprodução dessas ações.

Com base nos argumentos expostos, este estudo teve como objetivo caracterizar a presença de preconceito racial em profissionais da assistência social, além de verificar a confiabilidade dos instrumentos utilizados para a população em questão e verificar a diferença das médias obtidas nas escalas em relação a variáveis sociodemográficas dos participantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estudos sobre crenças acerca do preconceito racial e racismo

Os estudos acerca das expressões de racismo e preconceito racial têm se debruçado em uma análise que considera dimensões cognitivas e sociológicas (Fernandes, 2011). Nesse sentido, são considerados para explicação e estudo desses fenômenos os processos psicológicos que contribuem para formação de crenças, representações sociais e estereótipos, bem como os fenômenos sociais, considerados no contexto das relações intergrupais, dos processos políticos e contexto histórico-cultural da sociedade em que se baseiam tais estudos (Fernandes, 2011).

De modo geral, a diferença entre preconceito e racismo, considerando os processos psicológicos, é que o preconceito não implica em uma essencialização ou naturalização de diferenças, sendo uma atitude individual (Lima, 2020), enquanto o racismo está conectado a uma crença naturalizante de que existem diferenças essenciais e imutáveis entre seres humanos, podendo ser manifestado em níveis culturais, institucionais e estruturais (Almeida, 2019).

No que diz respeito aos fenômenos sociais, quando se observa o contexto brasileiro, é possível identificar que, embora 56% da população se autodeclara negra, grupo que abrange pretos e pardos (IBGE, 2023), essas pessoas ainda sofrem com o alto grau de desigualdade racial, além do desequilíbrio de oportunidades em termos sociais, econômicos e políticos (Rosa, 2018). Nesse sentido, a raça ainda é um critério de acesso ou distribuição de recursos (Mendes, 2012; Zamora, 2012). Por esse motivo, neste artigo, o conceito de raça utilizado é o mesmo de Guimarães (2012), que: 1) reconhece o peso real e efetivo da ideia de raça na sociedade brasileira, em termos de legitimar desigualdades de tratamento e oportunidades; 2) reafirma o caráter fictício da construção de raça nos termos físicos e biológicos; e 3) identifica o conteúdo racial das “classes sociais” brasileiras.

2.2 Raízes históricas do racismo no Brasil

As raízes históricas de tais iniquidades tiveram sua origem ainda no século XVII, com o início do período escravocrata (Rosa, 2018). Por mais de três séculos, a economia brasileira se baseou neste regime (Nascimento; Gomes, 2020). O Brasil foi o país americano que escravizou o maior número de africanos e a última nação das Américas a abolí-la (Ferreira; Camargo, 2011). Ainda, a abolição da escravatura foi ineficaz para modificar o status social, fazendo com que houvesse uma manutenção da hierarquia racial que vigora até os dias atuais (Nascimento; Gomes, 2020). Após quase 400 anos de escravidão, a população negra foi submetida a um processo de segregação urbana e marginalização ininterruptos (Rosa, 2018). Nesse panorama, composto pelo período de colonização, escravatura e pós abolição, começou o processo de construção de desigualdades sociais com base no racismo (Nascimento; Gomes, 2020).

Um pouco antes do cenário de abolição, a elite branca brasileira passou a reforçar ideias de superioridade branca, baseadas em teorias científicas racistas da Europa do século XIX (Nascimento; Gomes, 2020; Schwarcz, 1993). Sendo assim, até o fim dos anos 1920, foi construído um projeto de Estado-nação baseado no racismo científico, cujo objetivo era o branqueamento do brasileiro, pois “presumia-se que a degeneração racial e o atraso seriam afastados da nação brasileira e isso só seria possível com a extinção dos negros do país” (Nascimento; Gomes, 2020, p. 9). No entanto, a partir da década de 1930, a tese do branqueamento não se sustentava mais (Mendes, 2012). De acordo com Mendes (2012), a partir dessa década, as ciências biológicas iniciaram uma conduta de declarar que não é possível estabelecer uma classificação geral dos seres humanos com base na categoria de raça.

2.3 Democracia racial e branquitude brasileira

A próxima fase das relações raciais no Brasil é marcada pela “democracia racial”, tendo Gilberto Freyre como principal figura responsável por propagar ideias de que não havia diferenças entre sujeitos brancos e não brancos no Brasil (Nascimento; Gomes, 2020). O questionamento da democracia racial aconteceu, de forma mais contundente, em 1950, após os resultados de uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) serem divulgados (Nascimento; Gomes, 2020) evidenciando, com dados sistematizados, a existência de preconceito e discriminação racial no Brasil (Maio, 1999).

Novas pesquisas sobre a temática, publicadas a partir dos anos 1980, constataram que o mito da democracia racial trouxe consequências desastrosas para a busca da igualdade social (Paixão, 2014). Tal mito foi utilizado como mecanismo de manutenção do *status quo* da classe dominante, a população branca, sendo fundamental para que a estrutura de desigualdades raciais presente desde a abolição da escravatura continuasse até os dias atuais (Nascimento; Gomes, 2020). Como apontam Nascimento e Gomes (2020), um dos principais efeitos negativos do mito da democracia racial na sociedade brasileira é a falta de reconhecimento, de modo que parece existir um acordo característico, pautado na branquitude, no qual há recusa em falar sobre racismo e as desigualdades raciais brasileiras como fato na realidade do país (Marques *et al.*, 2023).

No que diz respeito à branquitude, de acordo com Piza (2002) e Frankenberg (1999), pauta-se na invisibilidade, ou no não se perceber racializado, de modo que o “ser branco” é visto como o “natural” ou “normal” (Schucman, 2012). Marques *et al.* (2023) apontaram que tal característica da branquitude contribui para manutenção de uma hierarquia racial e se relaciona com o que Bento (2002) definiu com Pacto Narcísico da Branquitude, a saber: uma tendência de pessoas brancas valorizarem apenas pautas de pessoas ou grupos sociais com a mesma identidade racial que a sua, fazendo com que questões ou problemas de outros grupos raciais não sejam percebidas.

2.4 Racismo estrutural e vulnerabilidade da população negra brasileira

O racismo brasileiro acumula características específicas: o mito da democracia racial; a negação da raça e discriminação; e a constituição da branquitude como lógica universal de sujeito, que foram responsáveis pela construção da desigualdade racial presente no país até os dias atuais. Almeida (2019) destacou que o racismo decorre da própria estrutura social, de modo que as relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares são pautadas e atravessadas pelo racismo. Assim, tem-se que comportamentos individuais e processos institucionais derivam de uma sociedade cujo racismo é a regra.

Alguns exemplos de manifestação do racismo institucional podem ser observados em diversos âmbitos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada em 2021, ao considerar a renda domiciliar per capita, as pessoas negras ganham apenas 50,9% do obtido pelos brancos (IBGE, 2023). Em complemento, o Insper constatou que pessoas negras com características produtivas semelhantes a pessoas brancas, mesmo nível de escolaridade e tipo de vínculo, ganham, em média, 13% menos (IBGE, 2023). Além disso, foi constatado que as jovens negras, com idade entre 15 e 29 anos, quando comparadas às jovens brancas na mesma faixa etária, têm o risco relativo de ser vítima de homicídio 2,19 vezes maior (Brasil, 2018; MDS, 2018).

2.5 Lacunas na PNAS em combate ao racismo

De acordo com Oliveira *et al.* (2019), a PNAS foi produzida, prioritariamente, por pessoas brancas a partir de referências teórico-metodológicas “embranquecidas” e, por esse motivo, necessita ser situada a partir do paradigma da branquitude. De acordo com as autoras, apenas dessa maneira será possível pensar criticamente acerca das implicações raciais envolvidas nesta política que objetiva a garantia de direitos sociais (Oliveira *et al.*, 2019).

Considerando esse cenário de desigualdades, é importante discutir como instituições, o sistema governamental e disciplinas científicas, como a psicologia, têm contribuído para a manutenção do racismo estrutural na sociedade brasileira. No campo da Psicologia, a Associação Americana de Psicologia, em português, (APA) reconheceu que a Psicologia contribuiu, historicamente, para perpetuar uma hierarquização racial que beneficia pessoas brancas, além de manter e incentivar disciplinas, linhas de pesquisa e estruturas curriculares que são sobretudo eurocêntricas (APA, 2021a); ademais, a instituição supracitada se desculpou publicamente por auxiliar na manutenção do racismo (APA, 2021b).

No âmbito das políticas públicas, apesar de 68,7% dos domicílios beneficiados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) serem compostos por pessoas negras (Brasil, 2024), não há discussões sistemáticas nos documentos da PNAS acerca de raça e racismo (Battistelli *et al.*, 2019; Oliveira *et al.*, 2019). Considerando que a maior parte do público atendido pela PNAS é de pessoas negras (MDS, 2018), a compreensão de que a raça está relacionada com

outras categorias presentes cotidianamente na atuação de profissionais da política de assistência social, como gênero e classe, é fundamental para um exercício profissional pautado na realidade concreta da população-alvo do serviço.

Levando em conta os impactos psicológicos, sociais, políticos e econômicos (Cohen *et al.*, 2017) do racismo, pesquisas sobre o tema são de extrema importância. Porém, pode-se afirmar que a literatura científica sobre a temática é incipiente no contexto brasileiro, especificamente no âmbito da psicologia. Santos *et al.* (2020) realizaram uma revisão de literatura avaliando publicações de revistas de psicologia com o objetivo de compreender se pesquisas, independentemente da sua temática, compreendem a presença histórica, social e cultural da população negra. Os resultados encontraram que apenas 1,3% a 1,5% das pesquisas estudadas abordaram a população negra e problematizaram as relações raciais (Santos *et al.*, 2020). Porém 91,4% a 92,1% das pesquisas não mencionam características raciais sobre sua amostra, além de não trazerem a temática das relações raciais (Santos *et al.*, 2020).

Diante do exposto, em especial a partir do reconhecimento do histórico de desigualdade racial no contexto brasileiro, a raça é um critério que limita e impede o acesso aos bens e distribuição de recursos no país (Mendes, 2012; Zamora, 2012). Além disso, estudos apontam a dimensão institucional do racismo (Almeida, 2020; Fernandes, 2011; Lima, 2020), o que robustece a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre a temática no contexto das políticas públicas e ciências psicológicas.

3 METODOLOGIA

3.1 Participantes

Neste estudo participaram 175 profissionais da PNAS, sendo 153 (87,4%) do gênero feminino e 22 (12,6%) do gênero masculino, com idades entre 23 e 65 anos ($M = 38$; $DP = 9.5$). O tamanho amostral foi estabelecido com base na precisão amostral correspondente a uma margem de erro aproximada de 7,4% (IC 95%), assumindo máxima variabilidade populacional, o que é considerado adequado para estudos exploratórios e descritivos no campo das políticas públicas e assistência social (Babbie, 2020). Estavam distribuídos por região do país da seguinte forma: Norte (6,9%), Nordeste (10,9%), Sudeste (41,7%), Sul (30,9%) e Centro Oeste (9,7%).

A escolaridade dos participantes foi: superior completo (96,6%) e médio completo/superior incompleto (3,4%). Dos participantes com superior completo, 49% tinham formação em Serviço Social, 33% em Psicologia e 15% em outros cursos (e.g. Direito, Ciências Sociais, etc.). Em relação ao quesito raça/cor, 64% se auto declararam como brancos, 13,7% como pretos, 21,7% como pardos e 0,6% como indígenas. E, segundo a pontuação no Critério de Classificação Socioeconômica Brasil disponibilizada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2022), 6,9% dos participantes são da Classe A, 21,7% da Classe B1, 50,3% da Classe B2, 14,9% da Classe C1 e 6,3% da Classe C2.

A Tabela 1 evidencia a caracterização sociodemográfica dos participantes estratificados por raça/cor.

Tabela 1 - Variáveis sociodemográficas dos respondentes estratificadas por grupo de cor/raça

Variáveis	Não Negros (n = 113)	Negros (n = 62)	Total (n = 175)	P
Gênero				0.126
Feminino	102 (90,3%)	51 (82,3%)	153 (87,4%)	
Masculino	11 (9,7%)	11 (17,7%)	22 (12,6%)	
Estado Civil				0.193
Solteiro (a)	49 (43,4%)	32 (51,6%)	81 (46,3%)	
Casado (a)	47 (41,6%)	16 (25,8%)	63 (36,0%)	
Viúvo (a)	1 (0,9%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	
Divorciado (a)	10 (8,8%)	7 (11,3%)	17 (9,7%)	
Outro	6 (5,3%)	7 (11,3%)	13 (7,4%)	
Região do Brasil				0.001
Norte	4 (3,5%)	8 (12,9%)	12 (6,9%)	
Nordeste	7 (6,2%)	12 (19,4%)	19 (10,9%)	
Sudeste	49 (43,4%)	24 (38,7%)	73 (41,7%)	
Sul	44 (38,9%)	10 (16,1%)	54 (30,9%)	
Centro Oeste	9 (8,0%)	8 (12,9%)	17 (9,7%)	
Escolaridade				0.448
Superior Completo	110 (97,3%)	59 (95,2%)	169 (96,6%)	
Médio Completo / Superior Incompleto	3 (2,7%)	3 (4,8%)	6 (3,4%)	
Idade				0.562
Média (IC 95%)	37.9 (36.0, 39.7)	38.3 (36.1, 40.5)	38.0 (36.6, 39.4)	
Desvio Padrão	9.9	8.8	9.5	
Filhos				0.347
Média (IC 95%)	1.8 (1.6, 2.0)	1.7 (1.4, 1.9)	1.8 (1.6, 1.9)	
Desvio Padrão	1.0	0.9	1.0	

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Instrumentos

Critério Brasil – Mensura o nível socioeconômico do participante/família, a partir da renda mensal, posse de bens e grau de instrução. Foi utilizada a versão atualizada e disponibilizada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (2022). A divisão realizada pelo Critério de Classificação Econômica Brasil é exclusivamente de classes econômicas: A1, A2, B1, B2, C, D e E.

Escala de Racismo Moderno – construída por McConahay *et al.* (1981), foi adaptada e validada para o contexto brasileiro por Santos *et al.* (2006), com níveis de confiabilidade satisfatórios ($\alpha = 0.74$). Foram usados 13 itens, divididos em duas dimensões: (i) negação do preconceito e (ii) afirmação de diferenças. Esta é uma ferramenta de concordância, na qual o indivíduo deve indicar o quanto concorda ou discorda com o conteúdo exposto. Estrutura-se numa escala *Likert* de sete pontos, tipo diferencial semântico, com os seguintes limites: 1=Discordo

totalmente e 7=Concordo totalmente. O objetivo dessa escala é “mensurar o componente cognitivo das atitudes raciais sutis, o qual está diretamente relacionado com fatores afetivos” (Santos *et al.*, 2006, p. 640).

Escala de Preconceito Sutil e Flagrante – construídas por Pettigrew e Meertens (1995), foram adaptadas e validadas para o contexto brasileiro por Galeão-Silva (2007), com confiabilidade satisfatória para escala de preconceito flagrante ($\alpha = 0.76$) e de preconceito sutil ($\alpha = 0.85$). A versão brasileira é composta por 10 itens para escala de preconceito sutil e 10 itens para escala de preconceito flagrante. Os itens da escala de preconceito flagrante têm duas dimensões: (i) ameaça e rejeição e (ii) anti-intimidade. Os itens da escala de preconceito sutil têm três dimensões: (i) defesa de valores tradicionais; (ii) percepção exagerada da diferença cultural entre grupo dominante e grupo dominado; e (iii) negação da atribuição de afeto positivo em relação ao grupo discriminado. Essas escalas são de concordância, nas quais o indivíduo deve indicar quanto concorda ou discorda com o conteúdo de cada item numa escala *Likert* de até sete pontos (do tipo diferencial semântico, com os seguintes limites: 1 =Discordo muito e 7= Concordo muito) (Galeão-Silva, 2007). O objetivo dessas escalas é comparar as expressões de preconceito sutil e flagrante, bem como identificar as expressões de preconceito sutil em populações que não necessariamente apresentaram indicadores de preconceito flagrante (Nunes, 2010).

Para o Critério Brasil, a pontuação para atribuição de classes econômicas é a seguinte: A1, entre 30 e 34 pontos; A2, entre 25 a 29 pontos; B1, entre 21 a 24 pontos; B2, entre 17 a 20 pontos; C entre 11 a 16 pontos; D, entre 6 a 10 pontos; e E, entre 0 a 5 pontos. A pontuação das escalas de Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno é feita com base nas médias das respostas nas escalas, de 1 a 7 pontos. Portanto, médias mais próximas do ponto 1 representam menores expressões de preconceito racial e racismo, enquanto médias mais próximas do ponto 7 representam expressões mais severas de preconceito racial e racismo.

3.3 Procedimentos

A pesquisa foi desenvolvida seguindo as normas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) em sua Resolução 510/2016, tendo a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (57143922.60000.5504). Aos possíveis participantes foi encaminhado um formulário on-line, no qual foi apresentado na primeira página o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de modo que o acesso aos instrumentos era permitido somente após a concordância. Os instrumentos foram adaptados para a plataforma *Google Forms*, para que a coleta ocorresse virtualmente. As chamadas para participação do estudo foram realizadas em redes sociais e via *e-mail*, de modo que apenas 318 profissionais indicaram o recebimento da pesquisa. A técnica *snowball sampling* foi utilizada para que fosse possível atingir a amostragem necessária. O acesso ao formulário permaneceu aberto entre agosto de 2022 e janeiro de 2023.

3.4 Análise de dados

Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva e inferencial. A estatística descritiva (média, desvio-padrão, frequência e porcentagem) foi utilizada para: identificar as classes sociais dos participantes via questionário Critério Brasil; caracterizar a amostra quanto ao gênero, região geográfica de atuação e idade; e verificar as respostas dos participantes nas escalas de Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno.

O uso da estatística inferencial teve como finalidade verificar se haveria diferenças estatisticamente significativas entre as pontuações nas três escalas (Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno) ao comparar grupos de raça/cor. Para essa análise foi utilizada a estatística não-paramétrica de U de Mann-Whitney. No caso das comparações em termos de frequência por categoria de resposta (porcentagens) foi utilizado o teste de qui-quadrado. Considerou-se como significativas diferenças de $p < 0.05$. Também foi utilizada a estatística inferencial de correlação de Pearson para analisar a relação entre as três escalas. Para a interpretação da magnitude das correlações, adotou-se os valores indicados por Cohen (1988): ~ 0.10 (magnitude pequena), ~ 0.30 (moderada), ~ 0.50 (forte). A escolha dos testes estatísticos não paramétricos se deu pelo fato das pontuações não apresentarem distribuição normal do tipo gaussiano segundo o teste Shapiro-Wilk (Preconceito Flagrante: $W = 0.88$, $p < 0.001$; Preconceito Sutil: $W = 0.78$, $p < 0.001$; Racismo Moderno: $W = 0.87$, $p < 0.001$). Além disso, o Alfa de Cronbach e o Ômega foram calculados para determinar o coeficiente de confiabilidade. Nesta pesquisa, os valores de alfa considerados ideais partem de 0.70 (Tavakol; Dennick, 2011).

4 RESULTADOS

A Tabela 2 mostra os coeficientes de confiabilidade das escalas de Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno. O índice de confiabilidade da escala de Preconceito Flagrante foi baixo ($\alpha = 0.42$), indicando baixa consistência interna. O índice de confiabilidade da escala de Preconceito Sutil foi abaixo do ideal ($\alpha = 0.62$). O índice de confiabilidade da escala de Racismo Moderno ($\alpha = 0.81$) foi satisfatório e evidencia uma boa consistência interna.

Tabela 2 - Coeficientes Alfa de Cronbach e Ômega das Escalas de Preconceito Sutil, Preconceito Flagrante e Racismo Moderno

Escalas	Alfa de Cronbach	Ômega
Preconceito Flagrante	0.42	0.51
Preconceito Sutil	0.62	0.72
Racismo Moderno	0.81	0.86

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 refere-se a uma análise descritiva da amostra geral do estudo com o objetivo de verificar a diferença das médias obtidas nas escalas de Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno em relação à variável sociodemográfica raça dos participantes. Não houve diferença significativa nas respostas das três escalas em relação ao quesito raça/cor dos participantes

($p > 0.05$). As pontuações não apresentaram distribuição normal do tipo gaussiano segundo o teste Shapiro-Wilk (Preconceito Flagrante: $W = 0.88$, $p < 0.001$; Preconceito Sutil: $W = 0.78$, $p < 0.001$; Racismo Moderno: $W = 0.87$, $p < 0.001$), de modo que as médias são muito próximas da pontuação mais baixa, 1 da escala Likert, evidenciando a escassa variabilidade de dados.

Tabela 3 - Comparação da diferença das médias em relação aos pontos da escala Likert obtidas nas escalas em relação à variável sociodemográfica raça dos participantes

Variáveis	Não Negros (n = 113)	Negros (n = 62)	Total (n = 175)	P
Preconceito Flagrante				0.27
Média (IC 95%)	1.4 (1.4, 1.5)	1.5 (1.4, 1.7)	1.5 (1.4, 1.5)	
Desvio Padrão	0.4	0.5	0.5	
Mediana (Min, Max)	1.3 (1.0, 2.6)	1.4 (1.0, 3.5)	1.4 (1.0, 3.5)	
Preconceito Sutil				0.55
Média (IC 95%)	1.5 (1.4, 1.6)	1.5 (1.4, 1.7)	1.5 (1.5, 1.6)	
Desvio Padrão	0.5	0.6	0.5	
Mediana (Min, Max)	1.4 (1.0, 3.4)	1.4 (1.0, 3.3)	1.4 (1.0, 3.4)	
Racismo Moderno				0.98
Média (IC 95%)	1.7 (1.6, 1.9)	1.6 (1.5, 1.8)	1.7 (1.6, 1.8)	
Desvio Padrão	0.8	0.6	0.7	
Mediana (Min, Max)	1.5 (1.0, 5.5)	1.5 (1.0, 3.8)	1.5 (1.0, 5.5)	

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4 evidenciou a correlação das escalas de Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno em relação às variáveis sociodemográficas de raça e gênero dos participantes. Para a variável de gênero, não houve correlação entre as escalas de Preconceito Sutil e Racismo Moderno para respostas de participantes do gênero feminino. No que diz respeito ao quesito raça/cor, não houve correlação entre as respostas das escalas de Preconceito Sutil e Racismo Moderno para pessoas que se autodeclararam negras. Além disso, não houve correlação entre as escalas de Preconceito Sutil e Preconceito Flagrante para as respostas dos participantes que se autodeclararam como pessoas brancas (não negras). As respostas entre as escalas de Preconceito Sutil e Flagrante estão mais fortemente associadas entre os participantes do gênero masculino que entre os participantes do gênero feminino.

Tabela 4 - Correlação entre as escalas de Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno em relação às variáveis sociodemográficas de raça e gênero

	Feminino	Masculino	Negros	Não Negros
Prec. Flag. X Prec. Sutil	0.36 ^{*1}	0.64 ^{**}	0.60 ^{**}	0.26
Prec. Flag. X Rac. Moderno	0.40 [*]	0.37 [*]	0.34 [*]	0.45 [*]
Prec. Sutil X Rac. Moderno	0.35 [*]	0.34 [*]	0.22	0.41 [*]

Fonte: Elaboração própria.

¹ ^{**}Correlação de forte magnitude ^{*}Correlação moderada magnitude

4.1 Discussão

O alfa das escalas de Preconceito Flagrante (0.42) e Preconceito Sutil (0.62) encontrados no atual estudo são diferentes do estudo de validação realizado por Galeão-Silva (2007): 0.76 para Preconceito Flagrante e 0.85 para Preconceito Sutil e do estudo original de Pettigrew e Meertens (1995): 0.84 - 0.89 para Preconceito Flagrante e 0.70 - 0.81 para Preconceito Sutil. O estudo de Nunes (2010), com uma amostra brasileira, corrobora os resultados encontrados no atual estudo (Preconceito Flagrante: 0.45; Preconceito Sutil: 0.69). O índice de confiabilidade da escala de Racismo Moderno (0.81), identificado no atual estudo, é maior que o encontrado no estudo de adaptação e validação de Santos *et al.* (2006) ($\alpha = 0.74$). Não houve diferença estatisticamente significativa nas respostas da escala de Preconceito Flagrante de pessoas que se autodeclararam como negras, em comparação a pessoas não negras, mas é importante salientar o resultado de baixa consistência interna do instrumento. Já nas escalas de Preconceito Sutil e Racismo Moderno, cujos índices de confiabilidade foram maiores, também não houve diferenças significativas entre as respostas estratificadas pelo quesito raça/cor. Considerando que as médias de pessoas brancas foram maiores que as de pessoas negras, é importante investigar esse dado em estudos com maior variabilidade de amostra para compreender se tal diferença seria significativa ou não. Uma hipótese para essa tendência pode ser explicada pelo mito da democracia racial junto ao impacto da branquitude. O não se perceber racializado e o “ser branco” visto como o “natural” (Schucman, 2012) podem ter impactado nas respostas, gerando uma dificuldade de reconhecimento da pauta racial pelas pessoas brancas respondentes (Schucman; Gonçalves, 2020). Assim, as pessoas brancas, por um lado, seguem sem consciência de seus privilégios em detrimento a outros grupos raciais e, por outro, produzem e reproduzem uma hierarquia racial na qual pessoas negras seguem vulnerabilizadas (Schucman; Gonçalves, 2020).

As três escalas utilizaram uma escala Likert de 1 a 7 pontos, em que quanto mais próximo do 1, menores as expressões de racismo, enquanto mais próxima do 7, maiores seriam tais expressões. Nas escalas de Preconceito Sutil e Flagrante, a pontuação máxima das respostas ficou entre o ponto 3 (discordo em parte) e o ponto 4 (não discordo, nem concordo), ao passo que na escala de Racismo Moderno a pontuação máxima ficou entre o ponto 5 (concordo um pouco) e o ponto 6 (concordo). Já as respostas mínimas e médias das três escalas estavam entre o ponto 1 (discordo totalmente) e o ponto 2 (discordo) da escala Likert.

Considerando esses dados, uma análise contextualizada com pesquisas anteriores sobre o tema se faz importante para compreender de forma crítica e contextualizada os resultados da presente investigação. Pesquisas sobre racismo no Brasil do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 (Turra; Venturi, 1995; Venturi; Bokany, 2004), evidenciaram menores índices de aceitação de intimidade com pessoas negras e maiores expressões de preconceito racial estereotipado na população brasileira. Já as pesquisas sobre o tema realizadas a partir da

metade dos anos 2000 e que utilizaram as escalas de Preconceito Sutil e Flagrante evidenciaram menores expressões de preconceito racial e maior aceitação de intimidade com pessoas negras (Galeão-Silva, 2007; Nunes, 2010).

No presente estudo, as médias gerais das respostas dos participantes para as escalas de Preconceito Sutil, Flagrante e Racismo Moderno foram mais baixas que as apresentadas nos estudos de Nunes (2010), Galeão-Silva (2007) e Santos *et al.* (2006). Ainda, as médias das escalas de Racismo Moderno e Preconceito Sutil foram, respectivamente, maiores que as da escala de Preconceito Flagrante, o que parece corroborar a tendência de diminuição de expressões mais explícitas de preconceito ou, ainda, indicar que esses instrumentos não são sensíveis o suficiente para captar as dimensões de preconceito racial presentes nesta população específica.

Galeão-Silva (2007) defende que uma possível causa para a mudança de expressão de preconceito e racismo nas pesquisas realizadas sobre o tema no país se deve à transformação da diferença entre os comportamentos públicos e privados em relação ao fenômeno. Diversos estudos mostraram que, apesar dos brasileiros terem noção da discriminação racial presente no país, não se colocam como responsáveis por perpetuá-la (Camino *et al.*, 2004; Nascimento; Gomes, 2021). Desse modo, ao se tratar de pesquisas empíricas que investigam o racismo no Brasil, principalmente tratando-se de pesquisas quantitativas, é necessário levar em consideração como interpretar os dados provenientes dos questionários sobre preconceito racial, além de compreender se, e como, o preconceito estaria (en)coberto por normas sociais (Galeão-Silva, 2007). Afinal, não se pode afirmar que a raça deixou de ser um critério de acesso ou distribuição de recursos disponíveis no país (Mendes, 2012).

A revisão de literatura de Silva *et al.* (2020), por exemplo, identificou que o acesso e a adesão da população negra aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) são limitados por diversos fatores, como desrespeito à diversidade cultural, étnica e racial, o que gera uma oferta inadequada desses serviços à população majoritária. Assim, a baixa expressão de preconceito identificado no atual estudo não deve ser interpretada como um indicador de que não há preconceito racial ou racismo no Brasil, tampouco na Política de Assistência Social. Estudos prévios evidenciaram que o racismo estrutural atravessa os mais diversos setores sociais, inclusive as políticas públicas (Battistelli *et al.*, 2019; Oliveira *et al.*, 2019). Como exemplo, no estudo de Oliveira *et al.* (2019) não foi possível identificar registros nos documentos da PNAS sobre as relações étnico-raciais, racismo ou sequer vulnerabilidade da população negra ou indígena, constatando que a PNAS segue fundamentada em uma lógica universalizante de seus usuários. Porém, o “sujeito universal” é desprovido de raça e, dessa maneira, não se consideram as especificidades da população negra (Oliveira *et al.*, 2019).

Mesmo diante desse cenário, as discussões sobre raça e racismo não são sistemáticas e são insuficientes no âmbito da Política de Assistência Social para combater, de fato, o racismo estrutural dentro das políticas públicas (Oliveira *et al.*, 2019). Por exemplo, apenas em 2018 houve o lançamento oficial de uma cartilha para endereçar esses temas (MDS, 2018). Considerando esse cenário, as ações de educação e conscientização sobre crenças raciais, preconceito racial e

racismo são extremamente recentes e, em comparação com todo histórico de disseminação de desigualdades enfrentada no país, essas medidas não são suficientes para evitar práticas racistas e fomentar uma atuação antirracista dentro da Política de Assistência Social. Galeão-Silva (2007) indicou que parte do racismo que se expressa no Brasil se dá por conta da crença equivocada de que o problema já está resolvido pela “integração” de pessoas negras na sociedade das pessoas brancas. No entanto, o Brasil segue um país cuja realidade é marcada pela desigualdade social e altos índices de violência, os quais, historicamente, atingem de forma veemente a população negra (Oliveira *et al.*, 2019).

Dado que 68,7% dos domicílios que são beneficiados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são compostos por pessoas negras, de acordo com o Observatório do Cadastro Único (Brasil, 2024), deve-se refletir acerca de conexões entre os campos socioassistencial e raciais. Além disso, é importante ponderar que a Política de Assistência Social está situada no paradigma da branquitude por ter sido produzida por e a partir de referências de pessoas brancas e, no caso deste estudo, ter pessoas brancas como a maioria dos profissionais respondentes que atuam no serviço (Oliveira *et al.*, 2019). Schucman (2012) explica que a branquitude pode ser entendida como uma posição cujos sujeitos que a ocupam são sistematicamente privilegiados em relação ao acesso de recursos, materiais ou simbólicos, e que tais privilégios originaram-se no colonialismo e imperialismo, mas permanecem preservados até os dias atuais.

A branquitude, a partir da concepção da não racialização e de que ser branco é “natural”, gera um fenômeno em que estudos sobre a pauta racial concentram-se apenas na população negra, desconsiderando as pessoas brancas (Schucman; Gonçalves, 2020). Assim, a pessoa negra é constantemente colocada no lugar do coletivo racializado, enquanto a pessoa branca desfruta da sua individualidade num movimento denominado lugar de raça (Marques *et al.*, 2023). Pessoas negras são entendidas pela sua identidade grupal, sendo sempre representantes do mesmo, enquanto pessoas brancas carregam o privilégio da individualidade, em que cada sujeito é interpretado como uma pessoa diferente e única (Piza, 2002).

Nesse sentido, a maneira com a qual a racialidade de pessoas brancas tem uma grande influência para manter um cenário no qual a branquitude segue sem consciência de seus privilégios em detrimento de outros grupos raciais (Schucman; Gonçalves, 2020) não é um tema que tem sido amplamente debatido no campo científico. Quando se examina o campo da Política de Assistência Social (Battistelli *et al.*, 2019; Oliveira *et al.*, 2019), tais temas são praticamente inexistentes.

Marques *et al.* (2023) destacaram em seu trabalho duas metáforas que auxiliam a explicar a seletividade da branquitude e suas consequências. A primeira, a metáfora da porta de vidro, destaca que a descoberta da branquitude pode assemelhar-se com a colisão com uma porta de vidro. Tanto a porta, quanto a branquitude, podem passar despercebidas, mas uma vez que se depara com elas, a colisão é desconfortável e dolorosa (Piza, 2002). A segunda, a metáfora da parede de vidro, surgiu a partir de um estudo brasileiro conduzido por Gouveia e Zanello (2019), o qual entrevistou mulheres negras que realizaram psicoterapia com psicólogas brancas.

Neste estudo, uma das participantes relatou que mesmo querendo abordar tópicos sobre raça e racismo, sentia que havia uma parede de vidro entre ela e a psicóloga, impedindo-a de levantar essa temática no *setting* terapêutico.

Outros estudos dialogam com essa noção de parede de vidro, como o de Andrade e Pereira (2019), cujo objetivo foi compreender a visibilidade das dimensões de gênero e raça na política de assistência a partir do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF). Os principais resultados indicaram, ao mesmo tempo, uma facilidade na identificação dos padrões de gênero das usuárias do CRAS e uma dificuldade por parte das profissionais para compreender que o público predominante do PAIF é negro. As autoras avaliaram que os dados possibilitaram traçar um padrão predominante no perfil das usuárias do CRAS: mulheres negras, com variação apenas em faixa etária (Andrade; Pereira, 2019). Porém, mesmo com essa definição nítida de perfil, o desenho das ações do PAIF não foi impactado, sendo que 89% das usuárias afirmam nunca ter participado de ações de combate às desigualdades raciais no âmbito do PAIF, pois as principais ações estariam mais influenciadas pela classe social e escolaridade das usuárias.

Costa (2017) relatou um fenômeno similar em um estudo cujo objetivo foi compreender a discussão das relações étnico-raciais e de gênero no interior do SUAS. Os resultados do estudo apontaram que os profissionais da psicologia e assistentes sociais não reconhecem o quesito raça/cor das pessoas atendidas pelo serviço. Além disso, a análise dos documentos orientadores do SUAS e do CRAS/PAIF parecem não considerar as dimensões de raça/cor como centrais no atendimento das famílias, visto que os documentos oficiais, como o Prontuário SUAS, adotado pelos profissionais da política desde 2013, não contam com o quesito raça/cor (Costa, 2017).

A autora afirmou que a dificuldade de reconhecer a pessoa negra no contexto brasileiro se dá pelo fato de que reconhecê-la seria o mesmo que reconhecer as desigualdades sociais pautadas na raça (Costa, 2017). Assim, não se reconhece o legado histórico deixado pela escravidão (Rosa, 2018), desconsiderando o fato de que o Brasil foi o país americano que escravizou o maior número de africanos e a última nação das Américas a abolir a escravatura (Ferreira; Camargo, 2011).

A teoria interseccional propõe que a análise das opressões não hierarquize as variáveis (Collins, 2015). Desse modo, o que é apresentado nos estudos de Andrade e Pereira (2019) e Costa (2017) é o entrelaçamento das opressões de gênero, raça e classe, sendo que, em ambos os casos, a opressão de raça é predominante sobre os outros eixos. No entanto, esse eixo foi o principal a não ser reconhecido pelos profissionais do CRAS/PAIF. Assim, o não reconhecimento de raça e da possibilidade de preconceito racial pode ser compreendido como um mecanismo de manutenção do racismo estrutural na PNAS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi caracterizar a presença de preconceito racial em profissionais da assistência social e verificar a confiabilidade dos instrumentos utilizados para a população em questão, bem como verificar a diferença das médias obtidas nas escalas em relação a variáveis sociodemográficas dos participantes. Considerando os resultados da atual pesquisa, em que os profissionais tiveram médias baixas nas três escalas relacionadas às expressões de racismo e preconceito racial e os extensivos estudos da literatura sobre os impactos do racismo estrutural na sociedade brasileira (Almeida, 2019) e nas políticas públicas (Andrade; Pereira, 2019; Battistelli *et al.*, 2019), foi possível identificar que os instrumentos utilizados neste estudo para medir expressões de preconceito racial e racismo podem não ter sido capazes de identificá-las com acurácia na população estudada. Dado o reconhecimento de que o racismo estrutural existe no país e atinge diversos setores, incluindo as políticas públicas, questiona-se se investigações a partir de instrumentos de autorrelato são adequadas para a investigação do fenômeno.

Ao não identificar o quesito raça/cor das pessoas atendidas no serviço, os profissionais não são capazes de perceber as nuances e demandas específicas que são trazidas pela população predominantemente atendida pela política, gerando uma atuação incompleta, ora pautada em gênero (Andrade; Pereira, 2019), ora pautada em classe (Costa, 2017), mas sem atingir o objetivo da transversalidade da promoção da igualdade racial e de gênero nas políticas públicas.

Além disso, houve uma falta de variabilidade da população estudada, em grande parte autodeclarada branca, proveniente das regiões Sul e Sudeste, o que pode ter influenciado os resultados da pesquisa. Indica-se, portanto, que o desenvolvimento de análises mais complexas a partir da integração de diferentes estratégias metodológicas (e.g. estudos de método-misto e uso de medidas implícitas) podem trazer mais robustez e aprofundamento para investigação do fenômeno. Além disso, sugere-se que estudos futuros realizem uma avaliação minuciosa acerca dos itens que compõem os instrumentos quantitativos de autorrelato. Complementarmente, os estudos de abordagem qualitativa (e.g. entrevistas semiestruturadas, observações sistematizadas, o emprego de vinhetas, entre outras técnicas) podem revelar expressões de preconceito racial nos profissionais que atuam na PNAS que não foram possíveis de serem captadas diante do recorte investigativo adotado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA (APA). **Resolution on harnessing Psychology to Combat Racism: Adopting a Uniform Definition and Understanding**. 2021a. Disponível em: <https://www.apa.org/about/policy/resolution-combat-racism.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA (APA). **APA's commitment to addressing systemic racism**. (2021b). Disponível em: <https://www.apa.org/about/apa/addressing-racism>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

- ANDRADE, P. M.; PEREIRA, L. L. A (In)visibilidade de gênero e raça na assistência social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. **Social em questão**, v.22, n.45, p.57-80, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264344003/html/>. Acesso em: 22 de out. de 2023
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 16/04/2018**. 2022. Disponível em: <https://abep.org/criterio-brasil/>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- BABBIE, Earl R. **The Practice of Social Research**. 15. ed. Boston: Cengage Learning, 2020.
- BATTISTELLI, B. M.; RODRIGUES, L.; CRUZ, L. R. O mito da democracia racial e a política de assistência social. In: THOMA, A.; HILLESHEIM, B.; SIQUEIRA, C. (orgs.). **Inclusão, diferença e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2019. p.130-146.
- BENTO, C. **Pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único: Caderno Temático**. Brasília, DF: MDS, 2024. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.
- CAMINO, L.; SILVA, P.; MACHADO, A. As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: Estudos exploratórios. In: LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. (orgs.). **Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: Perspectivas Teóricas e Metodológicas**. Salvador: EDUFBA, 2004. p.121-140.
- COHEN, J. **Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences**. 2. ed. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1988.
- COHEN, C. J., Fowler, M., Medenica, V. E., & Rogowski, J. C. **The 'Woke' Generation? Millennial Attitudes on Race in the US**. 2017. Disponível em: <https://genforwardsurvey.com/assets/uploads/2017/10/GenForward-Oct-2017-Final-Report.pdf>. Acesso em: 13 de out. 2023.
- COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MONTERO, R. (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.
- COSTA, G. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão**, v.38, p.227-246, 2017. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq_38_art_12_costa.pdf. Acesso em: 19 de ago. 2023.
- FERNANDES, S. C. S. **Crenças Raciais e Infra-humanização. Uma análise psicossocial do preconceito contra negros**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2011. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/sheyla_fernandes_tese.pdf. Acesso em: 25 jul 2024.
- FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a Construção da Identidade Negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.31, n.2, p.374-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CppZVmLfcPHtFr7WCNPgpGq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.
- FRANKEBERG, R. **White women, race masters: The social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203973431>. Acesso em 23 out. 2023.
- GALEÃO-SILVA, L. G. **Adesão ao fascismo e preconceito contra negros: um estudo com universitários na cidade de São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17197>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, v.24, p.1-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>. Acesso em: 21 out. 2023.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. (2ª ed). São Paulo: 34 Editora. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA GEOGRÁFICA – IBGE. **Censo Demográfico**, 2022. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 12 de jul. 2023.
- LIMA, M. E. O. O que é Racismo? In: **Psicologia Social do preconceito e racismo**. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/06-22016/>. Acesso em: 16 de mar. 2023.
- MAIO, M. C. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QZnghFsZnmKFLtHyMWpnwHk/?lang=pt>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

- MARQUES, S. A.; SANTANA, J. P.; HABIGZANG, L. F. **Relações raciais e psicologia clínica: revisão narrativa da literatura**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10969>. Acesso em: 14 de dez. 2023.
- MCCONAHAY, J. B.; HARDEE, B. B.; BATTS, V. Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. **Journal of Conflict Resolution**, v.25, n.4, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002200278102500401>. Acesso em 25 de outubro de 2023.
- MENDES, M. M. Raça e Racismo: controvérsias e ambiguidades. **Revista de antropologia vivência**, v. 39, p. 101-123, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/1938>. Acesso em: 25 de out. 2023.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Boletim “Mulheres no Suas”**. Secretaria Nacional de Assistência Social/DGSUAS. Brasília, 2018. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.
- MOREIRA, T. W. F. **Serviço social no combate ao racismo: reflexões a partir da experiência profissional no âmbito de um CRAS no interior paulista**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/22945>. Acesso em: 17 de ago. 2024.
- MUNANGA, K. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 105, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/198485. Acesso em: 12 de janeiro de 2024.
- MUNANGA, K. Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade? **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 2, núm. esp., 2015.
- NASCIMENTO, A. F. R.; GOMES, D. C. O retrato do racismo no Brasil: 132 anos pós a abolição da escravidão. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 8, n. 1, p. 1-35, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29293/rdfg.v8i01.311>. Acesso em: 13 de ago. 2023.
- NUNES, S. S. **Racismo contra negros: um estudo sobre preconceito sutil**. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/pt-br.html>. Acesso em: 12 de mar 2022.
- OLIVEIRA, E. C. S.; BATTISTELLI, B. M.; RODRIGUES, L.; CRUZ, L. R. Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n.spe 2, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218131>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- PAIXÃO, M. **A Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações sociais e projeto de Estado Nação**. Curitiba: CRV. 2014
- PETTIGREW, T. F.; MEERTENS, R. Subtle and blatant prejudice in western Europe. **European Journal of Social Psychology**, v. 25, p. 57-75, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250106>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- PIZA, E. Porta de vidro: Entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 59-90.
- ROSA, P. L. F. S. **Desenvolvimento e validação do instrumento percepção sobre discriminação racial interpessoal nos serviços de saúde (DRISS)**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002940817>. Acesso em: 18 de ago. 2022.
- SANTOS, W. S.; GOUVEIA, V. V.; NAVAS, M. S.; PIMENTEL, C. E.; GUSMÃO, E. E. S. Escala de racismo moderno: adaptação ao contexto brasileiro. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 637-645, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300020>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- SANTOS, A. O.; SILVA, Y. F.; PAIXÃO, T. O.; SILVA, V. R.; OLIVEIRA, L. R. Publicações nas revistas de psicologia e relações raciais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.72, n.spe, p.6-17, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300002. Acesso em: 19 ago. 2026.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002281744>. Acesso em: 24 de jan. 2023.
- SCHUCMAN, L. V.; GONÇALVES, M. M. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n.spe, p. 109-123, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672020000300009. Acesso em 12 dez. 2023.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, N. N.; FAVACHO, V. B. C.; BOSKA, G. A.; ANDRADE, E. C.; MERCES, N. P.; OLIVEIRA, M. A. F. Access of the black population to health services: integrative review. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 4, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/nMTkjYhjBNwbqmQCDZNPkzM/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2023.

TAVAKOL, M.; DENNICK, R. Making sense of Cronbach's alpha. **Int J Med Educ**, v. 2, p. 53-55, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5116%2Fijme.4dfb.8dfd>. Acesso em: 13 dez. 2023.

TURRA, C.; VENTURI, G. **Racismo cordial**. São Paulo: Ática, 1995.

VENTURI, G.; BOKANY, V. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 563-578, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Qnm4D67j4Ppztvz3tfb4kwx/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2023.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Jéssica Fernandes da Silva, Juliana Prates Santana e Alex Sandro Gomes Pessoa

Coleta de dados: Jéssica Fernandes da Silva

Discussão dos resultados: Jéssica Fernandes da Silva, Juliana Prates Santana, André Vilela Komatsu e Alex Sandro Gomes Pessoa

Revisão e aprovação: Jéssica Fernandes da Silva, Juliana Prates Santana e Alex Sandro Gomes Pessoa

AUTORES CORRESPONDENTES

Jéssica Fernandes da Silva – jfsilva@estudante.ufscar.br

Alex Sandro Gomes Pessoa – alexessoa@ufscar.br

FINANCIAMENTO

Não se aplica

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (57143922.60000.5504)

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria declara não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados nominais coletados não poderão ser disponibilizados na íntegra, de acordo com a Lei de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Os demais dados anonimizados poderão ser solicitados aos autores correspondentes. As ferramentas utilizadas no estudo podem ser encontradas nos Anexos A, B, C, D e E.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Conforme informação inserida na declaração de uso de IA. A IA não produziu conteúdos originais, análises próprias ou conclusões nesta obra.

PUBLISHER

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Enap.

EDITORES

Editor-Chefe: Alexandre de Ávila Gomide  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF – Brasil)

Editores:

Rafael Rocha Viana  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, Brasil)

Mila Lopes Mesquita  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, Brasil)

Ana Clara Cândido  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, Brasil)

Valdinei Costa Souza  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, Brasil)

HISTÓRICO

Submetido: 21/mar/2024 | Aceito: 03/ago/2026 | Publicado: 23/set/2026

LICENÇA DE USO

Copyright© 2026 Jéssica Fernandes da Silva, Juliana Prates Santana, André Vilela Komatsu, Alex Sandro Gomes Pessoa. As pessoas autoras mantêm os direitos autorais e concedem à Revista do Serviço Público (RSP) o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. (CC BY-NC 4.0). Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

**ANEXO A****Critério Brasil**

As perguntas a seguir são sobre itens do seu domicílio para efeito de classificação econômica. Todos os itens de eletroeletrônicos citados devem estar funcionando, incluindo os que estão guardados. Caso não estejam funcionando, considere apenas se tiver intenção de consertar ou repor nos próximos seis meses.

Indique a seguir quantidade dos itens de conforto que possui

0 1 2 3 4

- ☐ Quantidade de automóveis de passeio exclusivamente para uso particular
- ☐ Quantidade de empregados mensalistas, considerando apenas os que trabalham pelo menos cinco dias por semana
- ☐ Quantidade de máquinas de lavar roupa, excluindo tanquinho
- ☐ Quantidade de banheiros
- ☐ DVD, incluindo qualquer dispositivo que leia DVD e desconsiderando
- ☐ DVD de automóvel
- ☐ Quantidade de geladeiras
- ☐ Quantidade de freezers independentes ou parte da geladeira duplex
- ☐ Quantidade de microcomputadores, considerando computadores de mesa, laptops, notebooks e netbooks e desconsiderando tablets, palms ou smartphones
- ☐ Quantidade de lavadora de louças
- ☐ Quantidade de fornos de micro-ondas
- ☐ Quantidade de motocicletas, desconsiderando as usadas exclusivamente para uso profissional
- ☐ Quantidade de máquinas secadoras de roupas, considerando lava e seca

A água utilizada neste domicílio é proveniente de?

1. Rede geral de distribuição
2. Poço ou nascente
3. Outro meio

Considerando o trecho da rua do seu domicílio, você diria que a rua é:

1. Asfaltada/Pavimentada
2. Terra/Cascalho

Qual é o grau de instrução do chefe da família? Considere como chefe da família a pessoa que contribui com a maior parte da renda do domicílio.

1. Analfabeto / Fundamental I incompleto
2. Fundamental I completo / Fundamental II incompleto
3. Fundamental completo/Médio incompleto
4. Médio completo/Superior incompleto
5. Superior completo

ANEXO B

Questionário Sociodemográfico

Esse questionário tem como objetivo coletar dados sociodemográficos das pessoas participantes desta pesquisa.

Com qual identidade de gênero você se identifica?

- | | |
|-----------------------|-------------------------|
| 1. Masculino | 5. Pessoa não binária |
| 2. Feminino | 6. Pessoa gênero fluido |
| 3. Mulher transgênero | 7. Prefiro não declarar |
| 4. Homem transgênero | |

Qual sua idade? Responda somente com números _____

Qual sua identificação étnico-racial?

- | | |
|---------------------|-------------------------|
| 1. Branco | 5. Indígena |
| 2. Amarelo/Asiático | 6. Outro |
| 3. Pardo | 7. Prefiro não declarar |
| 4. Preto | |

Você possui filhos ou filhas?

- | | |
|-----------|-------------------|
| 1. Não | 4. Sim, 3 |
| 2. Sim, 1 | 5. Sim, 4 ou mais |
| 3. Sim, 2 | |

Qual sua renda mensal?

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Menos de R\$ 1045,00 | 5. Entre R\$ 4181,00 e R\$ 5225,00 |
| 2. Entre R\$ 1045,00 e 2090,00 | 6. Entre R\$ 5226,00 e R\$ 7315,00 |
| 3. Entre R\$ 2091,00 e R\$ 3135,00 | 7. Entre R\$ 7316,00 e R\$ 9405,00 |
| 4. Entre R\$ 3136,00 e R\$ 4180,00 | 8. Mais de 10 mil reais |

Cidade e estado? _____

O(a) senhora(a) faz parte de qual nível de atenção da política de assistência social?

- | | |
|----------------------|---------------------------------|
| 1. Proteção Básica | 3. Em ambas |
| 2. Proteção Especial | 4. Não sei ou não tenho certeza |

Estado civil

- | | |
|-----------------|-------------------|
| 1. Solteiro (a) | 4. Divorciado (a) |
| 2. Casado (a) | 5. Outro |
| 3. Viúvo (a) | |

Qual seu regime de trabalho?

- | | |
|------------------------|---------------------------------------|
| 1. Concursado (a) | 3. MEI (microempreendedor individual) |
| 2. Contrato temporário | 4. Outro |

Qual sua carga horária semanal?

- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1. Menos de 20 horas | 4. 40 horas |
| 2. 20 horas | 5. Mais de 40 horas |
| 3. 30 horas | |

Qual seu nível de escolaridade?

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 1. Analfabeto / Fundamental I incompleto | 4. Médio completo/Superior incompleto |
| 2. Fundamental I completo / Fundamental II incompleto | |
| 3. Fundamental completo/Médio incompleto | 5. Superior completo |

Qual sua formação?

Por favor, responda com o curso no qual você se formou no ensino superior. Caso não tenha formação em ensino superior, responda “Não tenho formação”. Caso você tenha cursado mais de um curso de graduação, descreva-os.

Há quanto tempo você atua como profissional da política de assistência social?

- | | |
|---------------------|-----------------------|
| 1. Menos de 1 ano | 4. Entre 5 e 10 anos |
| 2. Entre 1 e 3 anos | 5. Entre 10 e 15 anos |
| 3. Entre 3 e 5 anos | 6. Mais de 15 anos |

Você realizou ou realiza alguma pós-graduação? Você pode marcar mais de uma alternativa caso tenha concluído mais cursos de especialização.

- | | |
|-------------------|------------------|
| 1. Não | 4. Doutorado |
| 2. Especialização | 5. Pós-doutorado |
| 3. Mestrado | 6. Outro |

ANEXO C

Escala de Preconceito Flagrante

Por favor, leia atentamente cada um dos itens abaixo a respeito dos negros e, em seguida, indique seu grau de concordância com cada um deles. Por gentileza responda todos, utilizando a escala abaixo, coloque ao lado de cada item o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente

- ___ Os negros têm empregos que deveriam ser dos brancos.
- ___ A maioria dos negros que recebem assistência social poderia continuar vivendo bem sem essa ajuda.
- ___ Brancos e negros dificilmente estão confortáveis uns com os outros, mesmo sendo amigos próximos.
- ___ Estão errados os governantes que se preocupam mais com os negros do que com os brancos em dificuldades.
- ___ Os negros vêm de povos menos capazes, e isso explica por que eles não são tão bons quanto a maioria dos brancos.
- ___ Eu não teria relações sexuais com um(a) negro(a).
- ___ Eu não gostaria que um negro suficientemente qualificado fosse escolhido para meu chefe. ___ Eu não gostaria que um negro, do mesmo nível social que o meu, se casasse com algum familiar próximo a mim.

Completamente parecidos 1 2 3 4 5 6 7 Completamente não parecidos

- ___ Tratando-se de honestidade, como são negros e brancos?

Completamente confortável 1 2 3 4 5 6 7 Completamente desconfortável

- ___ Como você se sentiria caso um(a) filho(a) seu tivesse um(a) filho(a) com uma pessoa de cor e características muito diferentes das suas?

ANEXO D

Escala de Preconceito Sutil

Por favor, leia atentamente cada um dos itens abaixo a respeito dos negros e, em seguida, indique seu grau de concordância com cada um deles. Por gentileza responda todos, utilizando a escala abaixo, coloque ao lado de cada item o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente

- ☐ Os negros não deveriam se impor onde não são bem-vindos.
- ☐ Muitos grupos de imigrantes vieram para o Brasil e superaram o preconceito e lutaram para encontrar seu caminho. Os negros deveriam fazer o mesmo sem qualquer favor especial.
- ☐ A discriminação contra os negros é apenas um problema de pessoas que não se esforçaram o suficiente. Caso os negros se esforçassem mais eles seriam tão bons como os brancos.
- ☐ Os negros ensinam valores e habilidade para seus filhos que não são adequados para se ter sucesso na sociedade.
- ☐ (...)responda o quão semelhantes ou diferentes os negros são de você. Nos valores que os negros ensinam às crianças.
- ☐ (...)responda o quão semelhantes ou diferentes os negros são de você. Nas práticas religiosas dos negros.
- ☐ (...)responda o quão semelhantes ou diferentes os negros são de você. Nos valores e práticas sexuais dos negros.
- ☐ (...)responda o quão semelhantes ou diferentes os negros são de você. Na forma de falar dos negros.
- ☐ Com que frequência você sente simpatia pelos negros?
- ☐ Com que frequência você sente admiração pelos negros?

ANEXO E

Escala de Racismo Moderno

Por favor, leia atentamente cada um dos itens abaixo a respeito dos negros e, em seguida, indique seu grau de concordância com cada um deles. Por gentileza responda todos, utilizando a escala abaixo, coloque ao lado de cada item o número que melhor representa sua resposta.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente

- ☐ Eles têm conseguido mais do que merecem.
- ☐ Eles recebem muito respeito e consideração.
- ☐ Eles são muito exigentes em relação aos seus direitos.
- ☐ A discriminação não é um problema do Brasil.
- ☐ Eles têm muita influência política.
- ☐ Eles não necessitam de ajuda, apenas devem se esforçar.
- ☐ Eles devem superar o preconceito sem apoio, como aconteceu com outros grupos.
- ☐ Eles são mais habilidosos em trabalhos manuais.
- ☐ Possuem maior habilidade culinária.
- ☐ Estão em moda suas danças pela sensualidade que expressam.
- ☐ Tem-se dada demasiada importância aos seus movimentos de protesto.
- ☐ Parece pouco prudente dar importância às suas queixas.
- ☐ Apresentam melhor desempenho.